



# COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA.

ISSN: 2236-8000

v.18, n.2, p. 55-71, jul.-dez. 2023

## **Comunicação e migração no Maranhão: relatos de deslocamentos de trabalhadores rurais maranhenses e condições análogas a de trabalho escravo**

*Comunicación y migración en Maranhão: denuncias de desplazamientos de trabajadores rurales de Maranhão y condiciones similares al trabajo esclavo*

*Communication and migration in Maranhão: reports of displacements of rural workers from Maranhão and conditions similar to slave labor*

**Flávia Almeida MOURA**

Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

**E-mail:** [flavia.moura@ufma.br](mailto:flavia.moura@ufma.br)

*Enviado em: 11 dez. 2023*

*Aceito em: 30 dez. 2023*

## RESUMO

O texto investiga a partir de algumas narrativas de vida (Bertaux, 2010) como as dinâmicas comunicacionais (França, 2001) participam dos fluxos migratórios (Menezes, 2002) bem como da manutenção de trabalhos degradantes e em condições análogas à escravidão (Esterci, 1994; Moura, 2016) de grupos de trabalhadores e trabalhadoras maranhenses que buscam trabalho fora de suas lavouras como forma de complementar renda e garantir a reprodução familiar. Identificamos que os vínculos entre os sujeitos a partir das redes familiares, de vizinhança e de compadrio ditam as dinâmicas dos deslocamentos; portanto as práticas comunicativas podem ser transformadas em instrumentos de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo.

**Palavras-chave:** *Práticas comunicativas; Migração; Trabalho escravo; Maranhão.*

## RESUMEN

El texto investiga, a partir de algunas narrativas de vida (Bertaux, 2010), cómo las dinámicas comunicacionales (França, 2001) participan en los flujos migratorios (Menezes, 2002) así como en el mantenimiento de trabajos degradantes y en condiciones similares a la esclavitud (Esterci, 1994 ; Moura, 2016) de grupos de trabajadores de Maranhão que buscan trabajo fuera de sus fincas como forma de complementar sus ingresos y asegurar la reproducción familiar. Identificamos que los vínculos entre individuos basados en la familia, el vecindario y las redes de pares dictan la dinámica del movimiento; por lo tanto, las prácticas comunicativas pueden transformarse en instrumentos para combatir el trabajo esclavo contemporáneo.

**Palabras clave:** *Prácticas comunicativas; Migración; Trabajo esclavo; Maranhão.*

## ABSTRACT

The text investigates, based on some life narratives (Bertaux, 2010), how communicational dynamics (França, 2001) participate in migratory flows (Menezes, 2002) as well as in the maintenance of degrading work and in conditions similar to slavery (Esterci, 1994 ; Moura, 2016) of groups of workers from Maranhão who seek work outside their farms as a way of supplementing their income and ensuring family reproduction. We identified that the links between individuals based on family, neighborhood and peer networks dictate the dynamics of movement; therefore, communicative practices can be transformed into instruments to combat contemporary slave labor.

**Keywords:** *Communicative practices; Migration; Slavery; Maranhão.*

## Introdução

O presente artigo faz parte de uma investigação relacionada ao projeto de pesquisa intitulado *Comunicação, Migração e Trabalho Escravo Contemporâneo: trajetórias de vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais da Baixada Maranhense*, desenvolvido entre os anos de 2020 e 2022 com financiamento da FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão). Buscamos identificar, a partir de trajetórias de vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais maranhenses, práticas comunicativas tanto para o aliciamento quanto para a denúncia de condições análogas a de trabalho escravo (ESTERCI, 1994; MOURA, 2016) no intuito de compreender a dinâmica dos fluxos migratórios que acabam levando esses sujeitos a serem submetidos a trabalhos degradantes<sup>1</sup>. Também trazemos nesta comunicação resultados de pesquisas anteriores, realizadas em outras regiões do Maranhão.

A proposta deste artigo é apresentar algumas narrativas de vida (BERTAUX, 2010) e discutir redes (ARANGO, 2000), práticas comunicativas (FRANÇA, 2001) e fluxos migratórios (MENEZES, 2002) de grupos de trabalhadores e trabalhadoras maranhenses em busca de trabalho fora de suas lavouras como forma de complementar renda e garantir a reprodução familiar. Relacionamos esses fenômenos como processos de comunicação a partir de redes de familiares, vizinhos e compadrios que levam esses sujeitos a buscarem trabalho fora do Maranhão e, muitas vezes, a serem submetidos a condições de trabalho escravo.

Primeiramente, apresentamos os fluxos migratórios identificados durante a investigação. Depois, contextualizamos a economia da *precisão* e as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores e, em seguida, apresentamos algumas narrativas de vida de migrantes recolhidas durante o trabalho de campo da pesquisa (OLIVEIRA, 2006). Finalmente, adentramos nas práticas comunicativas para aliciamento e manutenção dos deslocamentos. Acreditamos que compreender o papel da comunicação como vínculo social (Sodré, 2006) pode ajudar a subsidiar políticas públicas de enfrentamento ao crime de trabalho escravo contemporâneo.

---

<sup>1</sup> A degradância é uma das características das condições análogas a de trabalho escravo a partir do Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, juntamente com jornada exaustiva, servidão por dívida e trabalho forçado. Usamos nesta comunicação também as categorias analíticas de escravidão contemporânea e trabalho escravo contemporâneo como sinônimos.

## Fluxos migratórios para fins de trabalho no Maranhão contemporâneo

A decisão de migrar é complexa. Envolve fatores objetivos e subjetivos que devem ser analisados cuidadosamente. As condições dos sujeitos bem como as suas relações com suas redes sociais e também com as oportunidades ofertadas para os deslocamentos, podem ajudar nesta tomada de decisão. (FAZITO, 2002)

Segundo Menezes (2002), as migrações internas no Brasil constituem estratégias importantes para a reprodução social das famílias camponesas, e têm assegurado a permanência desses trabalhadores em suas cidades natais, e não o desenraizamento como outrora se pensou (MARTINS, 1988).

De acordo com estudos realizados com camponeses maranhenses há quase duas décadas, a decisão de migrar está muito relacionada à questão da complementação da renda para a reprodução familiar, uma vez que a maioria das famílias de camponeses foi expulsa de suas terras no contexto do incentivo ao latifúndio. No caso dos mais jovens, a essa decisão se juntam os sonhos e desejos do êxodo rural, relacionada ao consumo de bens simbólicos que as cidades oferecem. (RAICE, 2016)

Também observamos que os locais de moradia bem como a relação com a terra onde cultivam os produtos agrícolas definem os principais motivos dos deslocamentos (na maior parte dos casos analisados, sazonais) para trabalhar fora da lavoura. No Maranhão, a maioria dos lavradores reside nas chamadas *pontas de rua* (HEREDIA, 1988), periferias de municípios próximos às suas roças, em sua maioria de subsistência. Neste contexto, a precisão (Moura, 2009), isto é, a necessidade extrema na busca da sobrevivência, é um dos principais motivos apontados pelos sujeitos. Essa é a razão que os faz migrar para trabalhos temporários e sazonais, muitas vezes em períodos relacionados ao calendário agrícola. Migram depois de terem plantado, no caso estudado, o arroz e demais produtos da roça de subsistência, deixando familiares ou pagando diárias para terceiros ajudarem na colheita. Neste caso, passam fora de casa uma média de 6 a 8 meses do ano. O destino é principalmente fazendas de gado ou agropecuárias localizadas no Maranhão ou fora do estado e construção civil

principalmente nas regiões central, sudeste e sul do Brasil. Essas atividades econômicas lideram os rankings de fiscalização de condições análogas à de trabalho escravo no Brasil.

No contexto do diagnóstico realizado junto ao projeto Raice (2016), identificamos essa lógica de migração também em outras regiões do estado, como a baixada maranhense, no município de Monção, e na região sudoeste do estado, que reuniu os municípios de Açailândia, Santa Luzia e Pindaré Mirim.

Essas reflexões tomam como base as estruturas fundiárias e a lógica da economia familiar de trabalhadores rurais do Maranhão acumuladas em estudos anteriores (CARNEIRO, MOURA, 2008; MOURA, 2009; 2016; MARINHO, 2010; SOUSA, 2011; RAICE, 2016).

Os deslocamentos temporários para trabalhar fora dos seus locais de origem são comuns nesses estudos, demonstrando uma coexistência entre o campesinato e o sistema capitalista (Garcia Jr, 1989). No caso do Maranhão, o deslocamento mais comum é para trabalhos de diária ou empreitada em grandes fazendas de gado. Vão também para outros estados brasileiros em atividades do agronegócio ou atividades na construção civil espalhadas em grandes obras sobretudo nas regiões central, sudeste e sul do Brasil.

Buscamos aqui ressaltar algumas características desses fluxos migratórios, tentando compreender a multiplicidade dos efeitos dos deslocamentos desses trabalhadores para a economia familiar agrícola. Não se pretende generalizar essas explicações, mas trazer elementos para o debate sobre as dinâmicas da economia familiar e as estratégias da migração camponesa.

### **Questão fundiária e campesinato**

No contexto brasileiro, a partir da ditadura militar de 1964, se articula um processo da ocupação econômica da Amazônia, com a justificativa de integrá-la ao mundo moderno. (MARTINS, 1994).

Este projeto de desenvolvimento, segundo Costa (2000), se chocou, na disputa pela terra, com formas de produção preexistentes na região, oriundas de sua formação econômico-social e de um campesinato surgido no percurso da expansão da fronteira agrícola.

(...) o que resultou da estratégia da ditadura foi um processo que afirmava, embutida no ‘pacote tecnológico’ que viabilizou, uma função de produção favorecedora de manutenção e mesmo ampliação da Amazônia do elevado grau de concentração da estrutura fundiária vigentes nas áreas antigas do país, estendendo para a Amazônia métodos e técnicas de produção gerados em outras realidades, não adaptadas às condições peculiares da região, atrelando grandes frações de capital industrial, comercial e bancário ao estabelecimento das relações de propriedade na fronteira e, assim, reafirmando o papel da grande propriedade fundiária como forma de apropriação da riqueza social no conjunto do Brasil. (COSTA, 2000, P.83)

O Maranhão ocupa uma área de 333.365,6 km<sup>2</sup>, sendo o oitavo estado da federação em extensão territorial e o segundo da região nordeste. No entanto, apenas um pequeno número de proprietários detém a maioria das terras, causando conflitos e violências no campo. Grande parte das terras do estado, principalmente aquelas localizadas nas regiões de colonização antiga (Baixadas Ocidental e Oriental, Pindaré, Mearim, Vale do Itapecuru e Baixo Parnaíba), está ocupada por comunidades negras, cuja história da posse territorial remonta ao período da escravidão. Juntamente com elas, outros grupos de camponeses consolidaram seus apossamentos no processo de expansão da fronteira agrícola do Estado. A população negra rural engendrou formas de apropriação de territórios durante a vigência da repressão escravista. Os outros grupos tradicionais – os extrativistas, os descendentes de índios, os ribeirinhos e os posseiros antigos – consolidaram formas de apossamentos semelhantes. Esses grupos tiveram que enfrentar a expansão da frente agrícola, na conjuntura de “modernização” do campo maranhense, com a introdução dos grandes empreendimentos agropecuários e dos grandes projetos de monocultura. A questão agrária no Maranhão, portanto, sempre esteve marcada por essa história de confrontos entre trabalhadores rurais (tidos como primitivos e fadados ao desaparecimento) e os agentes sociais, que diziam representar a modernidade, o desenvolvimento e os novos paradigmas do progresso. (PEDROSA, 2013)

Pelo fato de haver alta concentração de terras pelo latifúndio, expulsão constante de trabalhadores de suas terras, o Maranhão, e sobretudo a região dos Cocais, onde estão localizados os municípios de Codó e Timbiras, apresenta deslocamentos frequentes de trabalhadores para fora da região em busca de trabalho, muitas vezes submetidos a condições análogas à de escravos.

## **Economia da precisão e estratégias de sobrevivência**

Ao explicarmos parte do processo migratório por um elemento de natureza estrutural, impossibilidade do acesso livre a terra como meio de produção, retomamos uma perspectiva assinalada por Caio Prado Jr. (1985), sobre a precariedade do trabalho agrícola como um elemento que obriga o trabalhador rural a procurar emprego em outras ocupações que não na sua própria posse ou propriedade. Segundo esse autor, a estrutura fundiária desigualmente repartida, obriga o agricultor (sem terra ou com pouca terra) a procurar ocupações (ou emprego) fora de sua propriedade, fazendo pender “a balança da oferta e procura da mão-de-obra decisivamente em favor da procura, que se encontra assim em situação de impor suas condições, quase sem limitações, nas relações de trabalho. Essa é a razão principal dos ínfimos padrões do trabalhador rural brasileiro, inclusive nas regiões mais desenvolvidas do País” (PRADO JR, 1985, P. 18).

Contudo, seria um equívoco pensar que o movimento migratório dos trabalhadores rurais maranhenses se fundamenta apenas na injusta estrutura fundiária, pois, observamos que ela também se alimenta dos resultados obtidos por esses trabalhadores em suas atividades econômicas nos locais de destino, particularmente, da possibilidade de acumular alguns recursos para investir na aquisição de bens (casa, móveis, eletrodomésticos) e na realização de outras ocupações e atividades econômicas.

Neste contexto, esses trabalhadores acabam vivendo a partir do que chamamos de economia da precisão, isto é, pelo lado da oferta, vivenciam uma situação em que as alternativas de trabalho oferecidas se mostram limitadas e, pelo lado da demanda, a situação de um contingente de trabalhadores com baixo nível de qualificação, pertencentes a famílias em condição de vulnerabilidade. (CARNEIRO; MOURA, 2016)

No Maranhão, estudos realizados há quinze anos, conforme o projeto Migrações no Maranhão Contemporâneo (CARNEIRO; MOURA 2008) demonstram que o deslocamento de camponeses em busca de complementação de renda nos grandes centros, como no caso das plantações de cana em São Paulo, transforma o espaço social de origem, mas não retira os trabalhadores das condições de roças de subsistência. Também não altera as relações de dominação personalizadas no campo, como é o caso de aforamento (aluguel de pequenas porções de terra para o plantio) e mesmo relações de submissão aos latifundiários na região.

A partir de levantamentos de trabalho de campo em Codó e Timbiras, foi possível identificar diferentes tipos de uso que os migrantes retornados fazem com os recursos poupados durante o trabalho na lavoura canavieira (MOURA, 2009; SOUSA, 2011); contudo, foi possível verificar também que a aplicação desses recursos em pequenos investimentos e negócios não é capaz de alterar de forma significativa a estrutura da distribuição dos ativos econômicos locais nem tampouco impactar a renda das pessoas, tornando um ciclo vicioso da migração sazonal para alimentar um arranjo econômico de subsistência das famílias a partir da reprodução familiar sobretudo obtida a partir das roças de subsistência.

Nessas circunstâncias, diante de uma estrutura fundiária concentrada e de um mercado urbano limitado de bens e serviços, são poucas as possibilidades de que os recursos acumulados durante várias safras pelos migrantes possam gerar um círculo virtuoso de desenvolvimento local.

Na parte relativa ao funcionamento do movimento migratório o estudo de Marinho (2010) mostrou o papel desempenhado por redes sociais compostas por amigos e familiares dos migrantes na organização do deslocamento para a lavoura canavieira, destacando o papel desempenhado por um ex-cortador de cana que, articulado a empreiteiros do transporte e do trabalho, se transformou em proprietário de uma “agência de viagem” que organiza a maior parte dos deslocamentos que partem do município de Timbira para o estado de São Paulo. Por sua vez o estudo de Sousa (2011) mostra como os recursos obtidos durante o trabalho canavieiro são aplicados pelos migrantes e seus familiares em atividades agrícolas e em pequenos negócios urbanos em Timbiras, repercutindo sobre o conjunto da economia local. Contudo, foi possível verificar também, através da análise de dados secundários sobre a estrutura econômica municipal, que a repercussão da aplicação dos recursos aportados pelos migrantes para a economia regional não foi capaz de proporcionar um processo de desenvolvimento local. Nesse sentido nossa conclusão reforça a análise já identificada por outros estudiosos, de que “a migração pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento em escalas espaciais reduzidas, mas que ela não faz mais que acompanhar um movimento mais geral no interior do qual ela tem origem” (GUILMOTO; SANDRON, 2003, P.135). Ou seja, a transferência de recursos propiciada pelos migrantes para a região de origem provoca modificações importantes no âmbito das famílias cujos membros se

deslocaram para outras atividades econômicas fora dos seus locais, mas seu desempenho sobre a economia regional depende da magnitude desse processo.

De acordo com diagnóstico realizado pelo projeto Raice (2016), a migração continua fazendo parte das estratégias de sobrevivência dos camponeses do Maranhão no intuito da reprodução familiar. Em 2015, entrevistamos uma família de lavradores residentes no bairro Codó Novo, no município de Codó (MA). Na ocasião, estavam presentes o casal, um filho e uma nora. Dona Maria, 52 anos e Seu José, de 57 anos<sup>2</sup>, contaram que dois filhos estavam no estado do Mato Grosso; um trabalhando na produção de soja e outro na construção civil, mas que ambos haviam recebido convite para trabalhar em garimpo no Suriname. Outros dois filhos, que residem no mesmo domicílio, trabalhavam à ocasião em uma pequena porção de terra em povoado distante aproximadamente 40 quilômetros da sede do município, onde a família possui uma roça de subsistência. Seu José contou que trabalhou por muitos anos fazendo cercas em fazendas de gado na região de Codó e que, na ocasião da entrevista, estava plantando numa horta comunitária desenvolvida pela escola agrotécnica na sede do município. Ele lamentou ter os filhos longe da casa, mas afirmou que no município não tem oportunidades de sustento, então o negócio é “aventurar”.

A estratégia é sempre alguém da família estar trabalhando fora para mandar algum troco pra casa. Porque o servicinho que fazemos por aqui não dá de receber muito dinheiro. (TRECHO DE ENTREVISTA COM SEU JOSÉ, 57 ANOS, MORADOR DE CODÓ (MA), NOVEMBRO DE 2015)

O perfil dos camponeses entrevistados no município de Timbiras, por ocasião da mesma pesquisa, não é diferente do da família de Seu José. O estudo refere-se a um diagnóstico realizado junto ao projeto Raice (Rede de Ação Integrada contra a escravidão), desenvolvido pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), de Açailândia, Maranhão, entre os anos de 2015 e 2016.

Durante a entrevista, a família não identificou a pessoa que convidou para o trabalho de garimpo no Suriname, mas pelo que deu para entender, o convite foi estendido a um

---

<sup>2</sup> Os nomes de todos os entrevistados apresentados neste artigo são fictícios com o objetivo de preservação da identidade dos mesmos.

grupo de trabalhadores do bairro. É comum o relato do filho que completa 18 anos migrar e, em alguns casos, constituir família ou levar a família já constituída para o destino. Percebemos ainda um fluxo migratório de mulheres para Goiânia e Caldas Novas (GO) para trabalhar como doméstica, e de homens para trabalhar na construção civil ou em serviços gerais. No bairro Destino II, no município de Timbiras, a família de Seu Pedro, 60 anos, e Dona Rosa, 44, possuíam à ocasião da entrevista (2015) dois filhos trabalhando no corte de cana em Ribeirão Preto (SP). O casal contou que os filhos haviam migrado desde 2010 e, desde então, participaram de todas as safras, sempre saindo de casa em meados de fevereiro e voltando em novembro. Os filhos mandam recursos durante o ano para os pais para a manutenção da roça e também para alguns gastos com a casa. O filho mais novo do casal, de 14 anos, sonha em fazer 18 para poder acompanhar os irmãos. Percebemos que as condições e a falta de perspectivas de construir algo melhor em Timbiras acabam direcionando o sonho do adolescente, que é completamente contrário ao sonho dos pais: de tê-los todos próximos.

### **Narrativas de vida de trabalhadores e trabalhadoras da Baixada Maranhense: da migração ao trabalho escravo contemporâneo**

Na busca de compreender e analisar os movimentos migratórios ocorridos na região da Baixada Maranhense e discorrer sobre os motivos que levam o indivíduo a migrar do seu município ou permanecer nele, fomos apresentados a histórias de vida de pessoas residentes nessa localização, que aceitaram dividir conosco um pouco de suas experiências. A realização dessas entrevistas aconteceu entre os anos de 2021 e 2022, no âmbito do projeto de pesquisa supracitado na Introdução deste artigo.

Para isso, recorreremos ao método de narrativas de vida sob a ótica de Daniel Bertaux (2010), a partir de uma perspectiva etnossociológica que nos possibilita estudar “um objeto *social*; de compreender como ele funciona e como se transforma, destacando as configurações de relações sociais, os mecanismos, os processos, as lógicas de ação que o caracterizam”. Essa metodologia consiste na realização de entrevistas, isto é, entrevistas narrativas, em que o pesquisador “pede a uma pessoa, então denominada ‘sujeito’, que lhe conte toda ou uma parte de sua experiência vivida” (BERTAUX, 2010, P.15).

Nesta pesquisa, solicitamos que os entrevistados relatassem experiências de sua infância, trabalho, família e migração com o objetivo de observar e discutir sobre os motivos que levam esse grupo social a sair de seu território, ainda que por algumas vezes tenham que se sujeitar a condições degradantes de trabalho.

Dentre as narrativas de vida analisadas, foi possível perceber que os fatores socioeconômicos são praticamente determinantes para o processo migratório, seja no que se refere à oportunidade de emprego, desejo de compra, necessidade financeira, ou mesmo formação educacional.

Entrevistamos o casal Rosa e Raimundo, moradores de uma comunidade quilombola localizada no município de Santa Helena. Casados há mais de 20 anos e com cinco filhos, apresentam em suas narrativas de vida experiências de migração que perpassam por quase todos os membros da família.

Ambos tiveram a infância marcada pelo trabalho na roça e pela pouca oportunidade de estudo, sendo esse o motivo pelo qual levou Rosa a sair de sua cidade. Aos quinze anos, ela migrou para São Luís com intuito de continuar os estudos, uma vez que naquela época, meados da década de 1990, em sua comunidade só era oferecida educação institucional até a quarta série:

A estratégia é sempre alguém da família estar trabalhando fora para mandar algum troco pra casa. Porque o servicinho que fazemos por aqui não dá de receber muito dinheiro. (TRECHO DE ENTREVISTA COM SEU JOSÉ, 57 ANOS, MORADOR DE CODÓ (MA), NOVEMBRO DE 2015)

Embora o objetivo principal de Rosa para a mudança tenha sido o estudo, durante o processo acabou sendo levada ao trabalho de cuidadora de criança sem remuneração, ou contrato. O trabalho era trocado por moradia, comida e bens materiais quando necessário, além da oportunidade de estudo:

[...] eu não recebia salário não. Eu trabalhava, ela me dava material da escola, ela comprava roupa, ela comprava sapato... das vezes que ela saía pra rua, ela sempre trouxe coisa pra mim. Dinheiro mesmo, dinheiro, eu nunca recebi, mas eu recebia... eu era bem tratada por eles, eles... eles compravam direto coisas pra mim, eles diziam se eu tava precisando, às vezes até perguntavam se eu tava precisando... (TRECHO DE

ENTREVISTA CONCEDIDA POR ROSA, EM ABRIL DE 2022, PELA PLATAFORMA GOOGLE MEET).

Apesar de se sentir em uma situação “confortável” ao lado da família que a abrigou, Rosa retornou à sua comunidade após dois anos. Pouco tempo depois da sua volta, conheceu Raimundo e se casou.

Já o marido migrou pela primeira vez aos 21 anos de idade, em meados da década de 1980, em busca de trabalho e oportunidade de melhorar sua condição financeira. Suas viagens ocorriam por intermédio de conhecidos que informavam sobre o trabalho e o recomendavam para tal. Já saía de casa com dívida, pois tinha que pagar passagem, alimentação e material de trabalho. A moradia era no meio do mato, situação que demandava dele e dos outros trabalhadores a organização de barracões e afins:

[...] Tinha os gato que levava a gente. [...] É, através de amigos da gente que trabalhavam lá também e convidavam a gente: ‘rapaz, fulano de tal tá levando’. Aí a gente num tinha dinheiro mesmo pra ir por conta própria. [...] Já ia com a dívida. Quando chegava lá já tava endividado. (TRECHO DE ENTREVISTA CONCEDIDA POR RAIMUNDO, EM JULHO DE 2022, EM SANTA HELENA (MA))

O retorno para seu território se deu após sofrer um acidente e ficar sem comunicação com os familiares durante um tempo. Já em casa, conheceu Rosa, construiu a família e não migrou mais. Ao ser perguntado sobre os motivos que proporcionam os processos de migração, ele menciona a questão da condição financeira, principalmente devido à falta de oportunidades de trabalho na região. Dos cinco filhos de Rosa e Raimundo, uma faleceu quando tinha dez anos, três se encontram no Sudeste a trabalho e o mais novo ainda mora junto com eles, mas segundo os pais, pretende seguir os mesmos passos dos irmãos mais velhos. O desejo por conquistar bens materiais, a necessidade de melhorar financeiramente e a falta de oportunidade fizeram com que Carlos, Gabriel e Rafael migrassem para outros estados:

[...] Um tinha vinte, o outro tinha vinte e um, o mais velho tinha vinte e um, o Carlos, o Rafael tinha vinte, eles foram pra Paraná. E aí eles passaram dois anos em Paraná, aí Rafael veio pra São Roque e Carlos foi direto pra São Paulo. Chegando lá eles alugaram casa, ele com uma irmã minha que mora lá também, aí eles alugaram, alugaram casa e não, não passou acho que nem quatro meses o patrão de Carlos precisou de trabalhadores, ele ligou pra Rafael, que era pra Rafael ir, aí Rafael já foi, já foi levando Gabriel junto. (TRECHO DE ENTREVISTA

CONCEDIDA POR RAIMUNDO, EM JULHO DE 2022,  
EM SANTA HELENA (MA)

Para além das migrações ou motivos que impulsionam os sujeitos a saírem de suas comunidades, foi possível perceber o desejo por retornar ao lar, por permanecer; esse foi um ponto em comum encontrado entre os entrevistados. Rosa e Raimundo, por exemplo, migraram, retornaram e se estabeleceram no seu território: “[...] Mas eu nunca fui pra ficar. Eu sempre fui pra trabalhar e voltar pra meu lugar” O vínculo cultural, ancestral e o anseio de lutar pelas terras e por melhorias para a comunidade impulsiona essas pessoas.

Os filhos, embora ainda estejam longe de casa, manifestam para os pais a vontade de retornar. O trabalho fora é um meio de conquistar bens materiais para investimento financeiro futuro, ou seja, construir casas, comprar moto, ajudar os pais com envio de dinheiro.

Podemos notar assim, a partir dos relatos desse grupo social, que as viagens são motivadas pela necessidade financeira, estrutural e educacional e configuram-se como a alternativa possível para aquele momento, mesmo que as condições nos locais de trabalho para onde migram não sejam favoráveis.

### **Redes de comunicação para o aliciamento e manutenção dos deslocamentos**

Para compreender a continuidade desse fluxo migratório é preciso destacar o papel que desempenham as redes formadas por parentes e amigos, redes que transmitem informação, proporcionam ajuda econômica, alojamento e dão apoio de diferentes formas. Ao fazê-lo, (essas redes) facilitam a migração reduzindo seus custos e as incertezas que gera. (ARANGO, 2000, P.41).

Nos relatos da família do município de Santa Helena (MA), percebemos todos os membros envolvidos no processo de migração para trabalho sazonal fora do estado. Eles ficam sabendo desses trabalhos a partir das notícias de familiares, amigos e vizinhos que já migraram e vão compondo uma rede de confiança para esses deslocamentos.

O papel desempenhado pelas redes na explicação do processo migratório permite que articulemos as determinações estruturais com o plano da ação individual (ou familiar) no desenvolvimento do fenômeno migratório (ARANGO, 2000) pois um dos principais méritos

desse tipo de abordagem é que ela permite relacionar ação individual com estruturas macrosociais.

Nos casos estudados principalmente em Codó (MOURA, 2009), identificamos o papel central das redes (amigo, familiares e parentes) na indicação de um posto de trabalho nas usinas de açúcar e de álcool em São Paulo, bem como o importante papel desempenhado por intermediários no processo de transporte de pessoas e mercadorias do Maranhão para as cidades que concentram esses trabalhadores no interior paulista (Guariba e Pradópolis). Outro componente da discussão que aparece em nossas investigações trata-se da análise dos efeitos que o movimento migratório vem provocando na economia das famílias envolvidas.

Vera Veiga França (2001) considera que a problemática central da área da Comunicação converge para as reflexões em torno da produção de sentido. Percebemos que essas práticas comunicativas entre esses sujeitos reforçam os laços do fenômeno da migração de trabalhadores e trabalhadoras do Maranhão para outros estados em busca de sobrevivência.

Em suma, a comunicação compreende um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos. (FRANÇA, 2001, P. 16).

Sem a comunicação interpessoal entre esses sujeitos, seria inviável o processo de migração. Vale destacar que nas falas dos entrevistados, as mídias aparecem em vários momentos nos relatos no sentido de corroborar as condições degradantes de trabalho encontradas muitas vezes por eles. “Era igual aparece na televisão. Trabalho escravo mesmo”. Afirmações como essas reforçam a identificação dos migrantes como possíveis trabalhadores escravizados, mas a rede de confiança é mais forte e possibilita o deslocamento, mesmo sabendo dos riscos.

Para Sodré (2014), a comunicação é o processo de instauração do vínculo social que acontece por meio da instauração de um comum, que não se resume a sentimentos ou a instituições, mas ao espaço vazio entre pessoas e coisas no qual os sentidos são elaborados. O comum surge nas relações, não existe a priori, impossível ser predeterminado.

Comunicar é a ação de sempre, infinitamente, instaurar o comum da comunidade, não como uma entidade agregada, mas como uma vinculação, portanto, como um nada constitutivo, pois o vínculo é sem substância física ou institucional, é pura abertura na linguagem. O sujeito que se comunica é o mesmo ser como “entre”, logo, uma interioridade destinada a uma exterioridade, o Outro, a ser entendida antropológica ou psicanaliticamente como uma dimensão imprescindível à instauração do comum. (SODRÉ, 2014, P. 214).

Na perspectiva de Sodré, entendemos que os vínculos estabelecidos nos processos de comunicação entre esses sujeitos sustentam a rede de aliciamento bem como os fluxos migratórios de trabalhadores e trabalhadoras maranhenses para outros estados brasileiros em busca de trabalho.

### **Considerações finais**

Apresentamos neste artigo algumas narrativas sobre deslocamentos de trabalhadores e trabalhadoras maranhenses para outros estados brasileiros em busca de complementação de renda. Contextualizamos os principais motivos que levam os mesmos a migrar e identificamos práticas comunicativas que colaboram para os processos de aliciamento bem como para a manutenção dos fluxos migratórios a partir de redes de familiares, vizinhança e compadrio. Os vínculos construídos pelos sujeitos nos processos de comunicação fazem com que os mesmos reproduzam formas de trabalho para garantir a economia familiar e acabam sendo submetidos a condições degradantes de trabalho.

Desse modo, acreditamos na potência dessas práticas comunicativas junto a esses grupos sociais no sentido de sensibilização e combate a formas degradantes de trabalho, evidenciando a implementação de políticas públicas de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. Vale destacar que além de estabelecer vínculos a partir desses processos de comunicação, é preciso acesso a direitos básicos, como moradia, terra e trabalho.

### **REFERÊNCIAS**

ARANGO, Joaquin. Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. *Revista Internacional de Ciências Sociales*. N.165, 2000, p.33-47

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Editora Paulus, São Paulo, 2010.

CARNEIRO, Marcelo Domingos.; MOURA, Flávia de Almeida (org.) **Migrações no Maranhão Contemporâneo** – Uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. CPT/UFMA, São Luís, 2008.

\_\_\_\_\_. A “economia da precisão” e a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense. **In Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, n.11, 2016, p.375-387.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. UFPA, NAEA, Belém, 2000.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade: um estudo sobre uso repressivo da força de trabalho hoje**, CEDI, Rio de Janeiro, 1994.

FAZITO, Dimitri. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade? **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**. v.1, Ouro Preto, 2002.

FRANÇA, Vera Veiga. **Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?** Ciberlegenda, 2001, 05:1-19.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2004.

GARCIA Jr, Afrânio Raul. **O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Coleção Pensamento Antropológico. Editora Universidade de Brasília, MCT, CNPq, Brasília – DF, 1989.

GUILMOTO, Christophe Z.; SANDRON, Frédéric. **Migration et développement**. Paris: La Documentation Française, 2003.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero, MTC/CNPq. Brasília, 1988.

MARINHO, Karlene Carvalho. **“Viagem toda sexta”**: análise do processo de intermediação do deslocamento de trabalhadores migrantes de Timbiras-MA para a lavoura canavieira do sudeste brasileiro. Dissertação defendida pelo PPGSOC/UFMA, 2010.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **In Tempo Social, Revista de Sociologia, USP**, Vol 6, n° 1-2, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Vôo das Andorinhas: migrações temporárias no Brasil**. In: \_\_\_\_\_. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 43-61.

MENEZES, Marilda A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, João Pessoa: 2002.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão:** economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA), São Luís: EDUFMA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Trabalho escravo e mídia:** olhares de trabalhadores rurais maranhenses. Edufma, São Luís, 2016

OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo:** olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 1996, v.39, n-1, (p. 13-34).

PEDROSA, Luis Antônio Câmara. **A questão agrária no Maranhão.** Relatório FETAEMA, São Luís, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Relatório RAICE Maranhão.** CPT e CDVDH/CB (Org.), São Luís, 2016.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Petrópolis, Vozes, 2014.

SOUSA, Andréa Joana Sodré. **De migrantes a autônomos:** estratégias de reprodução econômica a partir do trabalho na lavoura canavieira. Dissertação de Mestrado, PPGSOC, UFMA, 2011.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### FLÁVIA ALMEIDA MOURA

Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

*E-mail: [flavia.moura@ufma.br](mailto:flavia.moura@ufma.br)*